

**INTOLERÂNCIA E RESISTÊNCIA: A PERSEGUIÇÃO HISTÓRICA E  
CONTEMPORÂNEA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS**

*INTOLERANCE AND RESISTANCE: THE HISTORICAL AND CONTEMPORARY  
PERSECUTION OF AFRO-BRAZILIAN RELIGIONS*

*INTOLERANCIA Y RESISTENCIA: LA PERSECUCIÓN HISTÓRICA Y  
CONTEMPORÁNEA DE LAS RELIGIONES AFROBRASILEÑAS*

**MARCIO HENRIQUE FRANCISCO DE SOUZA**

*Mestrando em Arqueologia, Graduado em Ciências Biológicas e Ambientais e Graduando em Direito*

*Centro Internacional de Pesquisa Integralize - Mestrando em Arqueologia*

*Fundação Educacional de Além Paraíba - Graduando em Direito*

*<https://orcid.org/>*

*E-mail: marciodesouza89@gmail.com*

**Como citar este artigo:**

**SOUZA**, Marcio Henrique Francisco de. *INTOLERÂNCIA E RESISTÊNCIA: A PERSEGUIÇÃO HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS*. *Revista Amefricana*, v. 2, art202601004, 2026.

*Recebido: 26 jan. 2026 | Aceito: 05 abr. 2026 | Publicado: 09 abr. 2026*

## RESUMO

*O artigo realiza uma análise crítica sobre os processos históricos de repressão, criminalização e marginalização das religiões de matriz africana no Brasil, com destaque para o Candomblé e a Umbanda. A pesquisa se ancora em fontes históricas, jurídicas e sociológicas, evidenciando o racismo estrutural como pilar central da intolerância religiosa no país. O estudo articula três eixos fundamentais: a repressão histórica (do período colonial ao Estado Novo), a persistência da intolerância religiosa na contemporaneidade e as formas de resistência protagonizadas por lideranças religiosas, movimentos sociais e entidades civis. Demonstra como o Estado brasileiro, ao longo dos séculos, institucionalizou mecanismos de controle sobre os terreiros e sobre os corpos religiosos negros, legitimando práticas de perseguição que continuam a se manifestar de forma simbólica, física e política. A análise também destaca o papel da mídia, das religiões hegemônicas e da legislação na construção de estigmas contra as religiões afro-brasileiras. Em contrapartida, evidencia estratégias de resistência, como o sincretismo, a mobilização jurídica, o ativismo cultural e o reconhecimento patrimonial. O artigo conclui que o combate à intolerância religiosa requer políticas públicas estruturantes, educação antirracista, proteção aos espaços sagrados e a valorização das tradições afro-brasileiras como parte indissociável da identidade nacional. A obra contribui de forma relevante para os estudos sobre diversidade religiosa e justiça social no contexto brasileiro contemporâneo.*

**Palavras-chave:** *Intolerância; Resistência; Diversidade; Racismo estrutural; Patrimônio.*

## ABSTRACT

*The article performs a critical analysis of the historical processes of repression, criminalization and marginalization of African-based religions in Brazil, with emphasis on Candomblé and Umbanda. The research is anchored in historical, legal and sociological sources, evidencing structural racism as a central pillar of religious intolerance in the country. The study articulates three fundamental axes: historical repression (from the colonial period to the New State), the persistence of religious intolerance in contemporary times, and the forms of resistance carried out by religious leaders, social movements, and civil entities. It demonstrates how the Brazilian State, over the centuries, has institutionalized mechanisms of control over terreiros and black religious bodies, legitimizing practices of persecution that continue to manifest themselves in symbolic, physical, and political ways. The analysis also highlights the role of the media, hegemonic religions and legislation in the construction of stigmas against Afro-Brazilian religions. On the other hand, it highlights strategies of resistance, such as syncretism, legal mobilization, cultural activism and heritage recognition. The article concludes that the fight against religious intolerance requires structuring public policies, anti-racist education, protection of sacred spaces and the appreciation of Afro-Brazilian traditions as an inseparable part of national identity. The work contributes in a relevant way to studies on religious diversity and social justice in the contemporary Brazilian context.*

**Keywords:** *Intolerance; Resistance; Diversity; Structural racism; Heritage.*

## RESUMEN

*El artículo realiza un análisis crítico de los procesos históricos de represión, criminalización y marginación de las religiones de base africana en Brasil, con énfasis en el Candomblé y la Umbanda. La investigación se basa en fuentes históricas, jurídicas y sociológicas, evidenciando el racismo estructural como pilar central de la intolerancia religiosa en el país. El estudio articula tres ejes fundamentales: la represión histórica (desde el período colonial hasta el Nuevo Estado), la persistencia de la intolerancia religiosa en la época contemporánea y las formas de resistencia llevadas a cabo por líderes religiosos, movimientos sociales y entidades civiles. Demuestra cómo el Estado brasileño, a lo largo de los siglos, ha institucionalizado mecanismos de control sobre los terreiros y los cuerpos religiosos negros, legitimando prácticas de persecución que continúan manifestándose de manera simbólica, física y política. El análisis también destaca el papel de los medios de comunicación, las religiones hegemónicas y la legislación en la construcción de estigmas contra las religiones afrobrasileñas. Por otro lado, destaca estrategias de resistencia, como el sincretismo, la movilización legal, el activismo cultural y el reconocimiento del patrimonio. El artículo concluye que la lucha contra la intolerancia religiosa requiere la estructuración de políticas públicas, la educación antirracista, la protección de los espacios sagrados y la valoración de las tradiciones afrobrasileñas como parte inseparable de la identidad nacional. El trabajo contribuye de manera relevante a los estudios sobre la diversidad religiosa y la justicia social en el contexto brasileño contemporáneo.*

**Keywords:** *Intolerancia; Resistencia; Diversidad; Racismo estructural; Patrimonio.*

## INTRODUÇÃO

*A intolerância religiosa no Brasil constitui um fenômeno histórico e social de grande relevância, especialmente no que concerne às religiões de matriz africana. Desde a colonização, práticas religiosas de origem africana foram marginalizadas, criminalizadas e perseguidas, refletindo um processo mais amplo de discriminação contra a população negra (de Sousa et al., 2024, p. 3). Mesmo após a abolição formal da escravidão em 1888 e a promulgação de leis que garantem a liberdade de culto, as religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, continuam a enfrentar desafios significativos para sua legitimação e livre exercício na sociedade brasileira (Neto; de Almeida; dos Santos, 2024, p. 102).*

*A perseguição a essas práticas religiosas não pode ser dissociada do contexto colonial e escravocrata que moldou as relações sociais no Brasil. Durante o período colonial, a imposição do cristianismo serviu como instrumento de domínio sobre os povos africanos escravizados, que foram forçados a adaptar seus cultos e símbolos, sincretizando-os com elementos do catolicismo para evitar repressões severas (de Moraes, 2021, p. 7). Esse sincretismo religioso, embora tenha garantido a continuidade de suas tradições, também foi uma forma de resistência ao processo de apagamento cultural promovido pela sociedade dominante (Portela et al., 2021, p. 22).*

*A marginalização das religiões afro-brasileiras se intensificou com a modernização do Estado e sua legislação repressiva. O Código Penal de 1890 enquadrava as manifestações religiosas de matriz africana como “curandeirismo” e “charlatanismo”, facilitando a repressão policial e a estigmatização dessas práticas (da Cunha Lima, 2016, p. 657). Durante o início do século XX, delegacias especializadas passaram a monitorar terreiros, resultando na prisão frequente de sacerdotes e adeptos dessas tradições (de Melo Arruda, 2023, p. 407). Apesar da crescente mobilização dos praticantes dessas religiões e do reconhecimento gradual de sua legitimidade no campo jurídico, a violência e o preconceito continuaram a marcar sua existência no cenário nacional (Camurça; Rodrigues, 2022).*

*Na contemporaneidade, a intolerância contra as religiões afro-brasileiras tem sido agravada pelo crescimento de setores religiosos neopentecostais que promovem discursos de demonização dessas práticas (Barros, 2013). A propagação de notícias falsas*

*associando rituais afro-religiosos a atos criminosos reforça estigmas e fomenta a violência contra praticantes (Rodrigues e Masson, 2020). Ataques a terreiros, agressões físicas e simbólicas contra adeptos, além da omissão ou conivência de agentes públicos, demonstram a persistência da intolerância e a dificuldade de sua erradicação (Lima; de Oliveira Caldas, 2024, p. 5). Ademais, a ausência de políticas públicas eficazes para garantir a proteção dos terreiros e a aplicação da legislação contra crimes de intolerância agrava ainda mais essa situação (Ribeiro, 2021, p. 30).*

*Diante desse cenário, movimentos sociais, lideranças religiosas e organizações civis têm se mobilizado para combater a intolerância e promover o respeito à diversidade religiosa (Oliveira, 2025, p. 18). A luta pelo reconhecimento, respeito e igualdade de direitos tem sido pautada em ações jurídicas, educacionais e políticas que buscam desmistificar preconceitos e garantir a preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro (Oliveira et al., 2024, p. 51). As manifestações culturais e religiosas dessas comunidades representam não apenas espaços de espiritualidade, mas também símbolos de resistência e identidade (Gomes; Oliveira, 2022, p. 29).*

*Portanto, compreender a trajetória da intolerância e da resistência das religiões afro-brasileiras é essencial para a construção de uma sociedade mais plural e inclusiva. O presente estudo busca contribuir para esse debate, trazendo uma análise histórica e sociopolítica sobre a perseguição dessas religiões, bem como as estratégias empreendidas para sua preservação e fortalecimento. Essa reflexão permite questionar os mecanismos de opressão ainda vigentes e propor caminhos para o respeito e valorização da diversidade religiosa no Brasil.*

## **CRIMINALIZAÇÃO E REPRESSÃO HISTÓRICA**

*No período colonial, os cultos afro-brasileiros eram considerados práticas demoníacas e alvo de repressão por parte da Igreja e do Estado. A imposição do cristianismo aos africanos escravizados tinha como objetivo apagar suas tradições religiosas e culturais, associando seus rituais a formas de bruxaria e feitiçaria (de Sousa et al., 2024, p. 3). Os senhores de engenho, autoridades coloniais e a própria Igreja viam nesses cultos uma forma de resistência cultural e, portanto, uma ameaça à ordem estabelecida. A perseguição ocorria tanto de forma violenta, com punições físicas e*

execuções, quanto por meio da proibição de suas práticas e reuniões (de Melo Arruda, 2023, p. 405).

*Durante o Império, o Código Penal de 1830 criminalizava a prática de “ritos supersticiosos”, enquadrando os cultos afrodescendentes como atividades ilícitas e desprovidas de legitimidade (da Cunha Lima, 2016, p. 670). Essa legislação reforçava a visão eurocêntrica sobre a religião, que privilegiava a moral cristã e desqualificava outras crenças. A criminalização permitia a intervenção estatal nas práticas religiosas e possibilitava a prisão de sacerdotes, além da confiscação de objetos litúrgicos e a destruição de terreiros (Lima; De Oliveira Caldas, 2024, p. 5).*

*No início do século XX, a repressão ganhou novas formas, com invasões sistemáticas da polícia a terreiros e prisão de líderes religiosos (De Moraes, 2021, p. 8). Ações coordenadas pelos governos estaduais, sob influência de instituições católicas e de uma sociedade influenciada pelo racismo científico, resultaram na deslegitimação das religiões afro-brasileiras. Objetos sagrados eram apreendidos e expostos em delegacias como “provas” de feitiçaria, reforçando a marginalização dessas tradições espirituais (Bonifácio, 2017, p. 139).*

*A perseguição também se materializou na classificação das religiões afro-brasileiras como “práticas médico-religiosas”, passíveis de fiscalização e controle estatal (Neto; De Almeida; Dos Santos, 2024, p. 34). Essa classificação fazia com que curandeiros, babalorixás e ialorixás fossem tratados como charlatões e sujeitos às leis que regulamentavam a medicina e a saúde. Com isso, a cultura religiosa africana foi sendo empurrada para a clandestinidade, sendo sustentada pela resiliência e pela organização comunitária dos praticantes (Gomes; Oliveira, 2022, p. 40).*

*Durante o Estado Novo (1937-1945), a perseguição às religiões afro-brasileiras se intensificou. O governo de Getúlio Vargas instituiu medidas repressivas que tornaram obrigatória a autorização policial para a realização de cultos (Camurça; Rodrigues, 2022, p. 15). O aparato de vigilância estatal monitorava os terreiros, exigindo registros formais e fiscalizando suas atividades. Essa exigência funcionava como um mecanismo de coerção, uma vez que muitas práticas eram vistas como ilegais pelas autoridades.*

*A década de 1940 marcou um período de sistematização do preconceito institucionalizado. Havia uma tentativa de “branqueamento” cultural, impulsionada por*

*teorias que defendiam a europeização da sociedade brasileira (Barros, 2013, p. 820). Assim, não apenas o Estado e as instituições religiosas atuavam contra as práticas afro-brasileiras, mas também setores da medicina, do direito e da educação. As religiosidades negras eram frequentemente associadas a doenças mentais e comportamentos desviantes, justificando a intervenção psiquiátrica e criminal (De Melo Arruda, 2023, p. 410).*

*Mesmo com a redemocratização do país e a inclusão da liberdade religiosa na Constituição de 1988, a perseguição às religiões afro-brasileiras não cessou completamente. O preconceito histórico ainda reverbera na sociedade brasileira, manifestando-se em ataques a terreiros, discriminação contra praticantes e na dificuldade de reconhecimento oficial dessas religiões como parte do patrimônio cultural do país (DE SOUSA et al., 2024, p. 10). O avanço de grupos religiosos fundamentalistas em esferas de poder político e midiático contribui para a permanência de estigmas e da intolerância religiosa, demonstrando que a luta por reconhecimento e respeito ainda é uma realidade para os adeptos das religiões afro-brasileiras.*

*Apesar dos avanços legais, como a promulgação de leis que reconhecem a liberdade de culto e a proteção do patrimônio imaterial, as religiões de matriz africana seguem sendo alvo de estigmatização e violência simbólica e física. A perpetuação de estereótipos associados à criminalidade, à ignorância e ao mal reforça uma lógica colonial que ainda estrutura o imaginário social brasileiro. A marginalização dessas práticas não se limita à ação do Estado, mas é reproduzida por setores da sociedade civil, inclusive por instituições religiosas hegemônicas que se valem do discurso da salvação para justificar a destruição de espaços sagrados e a conversão forçada de praticantes.*

*Concluir a análise da criminalização e repressão histórica das religiões afro-brasileiras é reconhecer que essa violência sistemática faz parte de um projeto mais amplo de apagamento cultural e racial. O combate à intolerância religiosa, portanto, exige ações concretas de valorização das tradições afrodescendentes, políticas públicas de proteção aos terreiros e educação antirracista nas escolas. É somente por meio da justiça histórica e do respeito à diversidade que será possível construir uma sociedade verdadeiramente plural e democrática.*

## INTOLERÂNCIA NO CONTEXTO ATUAL

*Apesar da Constituição Federal de 1988 garantir a liberdade religiosa, a intolerância contra religiões de matriz africana permanece uma realidade alarmante. Dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apontam que a maioria das denúncias de intolerância religiosa no Brasil envolve ataques contra o Candomblé e a Umbanda (Portela et al., 2021). Os casos vão desde a destruição de terreiros até agressões físicas e assassinatos de lideranças religiosas (De Melo Arruda, 2023).*

*A ascensão de grupos religiosos fundamentalistas tem intensificado essa perseguição, promovendo discursos que demonizam as práticas afro-brasileiras e incentivam ataques diretos às suas manifestações (Barros, 2013). Redes sociais também se tornaram espaços de propagação de fake news e discursos de ódio contra essas religiões, contribuindo para a violência simbólica e física contra praticantes (Lima; De Oliveira Caldas, 2024).*

*A intolerância se manifesta de diversas formas, incluindo a perseguição institucional. Em várias cidades brasileiras, comunidades de religião de matriz africana enfrentam dificuldades para obter reconhecimento legal de seus espaços de culto, sendo frequentemente alvo de leis e regulamentos que restringem suas atividades (Da Cunha Lima, 2016). Além disso, práticas tradicionais, como o uso de tambores e oferendas em espaços públicos, são criminalizadas sob a justificativa de perturbação da ordem pública (De Sousa et al., 2024).*

*Outro aspecto relevante é a violência física e psicológica contra adeptos dessas religiões. Relatos de fiéis sendo impedidos de usar vestimentas sagradas em espaços públicos ou forçados a abandonar suas crenças são recorrentes (Gomes; Oliveira, 2022). Em algumas regiões, grupos armados ligados ao tráfico de drogas impõem restrições severas às manifestações religiosas afro-brasileiras, fechando terreiros e expulsando líderes espirituais (De Moraes, 2021).*

*A mídia também desempenha um papel significativo na perpetuação do preconceito contra religiões afro-brasileiras. Durante décadas, novelas, filmes e programas televisivos reforçaram estereótipos negativos, associando essas práticas a feitiçaria e magia negra (Bonifácio, 2017). Embora iniciativas recentes busquem desconstruir essas representações*

*equivocadas, o impacto de décadas de discriminação midiática ainda reflete na percepção popular (Camurça; Rodrigues, 2022).*

*A luta contra a intolerância religiosa exige políticas públicas eficazes e o fortalecimento da legislação contra crimes de preconceito e discriminação religiosa (Oliveira, 2025). Campanhas educativas, inclusão da história das religiões afro-brasileiras no currículo escolar e a responsabilização criminal de agressores são medidas fundamentais para garantir o respeito e a liberdade religiosa no Brasil (Neto; De Almeida; Dos Santos, 2024). Somente com uma abordagem abrangente e o compromisso da sociedade será possível superar a histórica perseguição contra essas tradições espirituais (Oliveira et al., 2024).*

*Diante desse cenário de perseguição e intolerância, diversas estratégias de resistência têm sido empregadas por praticantes e defensores das religiões afro-brasileiras. Uma das principais formas de enfrentamento é a mobilização jurídica, por meio da judicialização de casos de intolerância religiosa e da luta pela efetivação de políticas públicas que garantam a liberdade de culto (Rabelo; Da Costa, 2024).*

*Além disso, movimentos sociais e organizações religiosas têm desempenhado um papel essencial na conscientização da sociedade sobre a importância e o respeito às religiões de matriz africana (De Melo Arruda, 2023). Campanhas de sensibilização e educação têm sido promovidas para combater o preconceito e desmistificar crenças errôneas associadas a essas práticas espirituais (Ribeiro, 2011).*

*A cultura também tem sido um instrumento poderoso de resistência. O fortalecimento da música, da dança, da literatura e das manifestações artísticas vinculadas às tradições afro-brasileiras contribui para a afirmação da identidade e do orgulho dessas comunidades (Da Cunha Lima, 2016). Eventos como festivais de cultura afro-brasileira, exposições e apresentações públicas têm sido meios eficazes de promoção da diversidade religiosa (De Melo Arruda, 2023).*

*A inclusão das religiões afro-brasileiras nos currículos escolares também é uma demanda crescente, visto que a educação desempenha um papel central na desconstrução de estereótipos e no combate ao racismo religioso (Rabelo; Da Costa, 2024). A Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura*

*afro-brasileira nas escolas, é uma importante ferramenta que pode ser ampliada para abranger o ensino sobre religiões de matriz africana (Portela et al., 2021).*

*Outro fator fundamental é a atuação da sociedade civil e dos órgãos de direitos humanos na denúncia de casos de intolerância (De Sousa et al., 2024). O incentivo à participação de fiéis e lideranças religiosas em conselhos e comitês inter-religiosos fortalece o diálogo e a busca por soluções coletivas para a convivência pacífica entre diferentes crenças (Gomes; Oliveira, 2022).*

*Dessa forma, a resistência das religiões afro-brasileiras se dá não apenas na esfera religiosa, mas também no campo jurídico, social e cultural. A defesa da liberdade religiosa e a valorização dessas tradições são fundamentais para a construção de uma sociedade mais plural e democrática, na qual todas as expressões de fé sejam respeitadas e protegidas.*

*Apesar dos avanços legislativos e das crescentes ações de resistência, a intolerância contra as religiões afro-brasileiras continua sendo um grave problema estrutural no Brasil. O racismo religioso, enraizado em uma lógica colonial e eurocêntrica, ainda orienta práticas institucionais e sociais que marginalizam essas expressões de fé. É necessário um esforço contínuo e coletivo para que essas religiões sejam reconhecidas não apenas como legítimas formas de espiritualidade, mas também como patrimônios culturais vivos, fundamentais para a identidade brasileira.*

*Portanto, enfrentar a intolerância religiosa exige mais do que políticas pontuais: é preciso transformar mentalidades, rever estruturas e promover o diálogo inter-religioso com base no respeito e na equidade. A construção de um país verdadeiramente laico e democrático passa pelo reconhecimento pleno das tradições afro-brasileiras como parte essencial do tecido cultural nacional. Somente assim será possível romper com o ciclo histórico de repressão e garantir o direito à liberdade religiosa a todos os cidadãos.*

## **RESISTÊNCIA E LUTA POR DIREITOS**

*A história das religiões afro-brasileiras é marcada por uma resistência constante diante das diversas formas de perseguição e intolerância religiosa que se manifestaram ao longo do tempo (De Sousa et al., 2024, p. 3). Desde o período colonial até a*

contemporaneidade, essas religiões, suas práticas e seus adeptos sofreram com a marginalização, o cerceamento da liberdade religiosa e a criminalização de suas manifestações culturais (Da Cunha Lima, 2016, p. 670). Contudo, apesar dos desafios enfrentados, as religiões afro-brasileiras se mantiveram como símbolos de resistência, lutando pela preservação de suas tradições, pelo reconhecimento legal e por políticas públicas que assegurem o direito ao livre culto e à proteção de seus espaços sagrados (De Melo Arruda, 2023, p. 405).

Durante o período colonial, as religiões afro-brasileiras enfrentaram um contexto de forte repressão, iniciado com a chegada dos portugueses ao Brasil (De Sousa et al., 2024, p. 5). A imposição do catolicismo como religião oficial e a exploração dos povos indígenas e africanos resultaram na tentativa de supressão das religiões dos povos africanos trazidos ao país como escravizados (Lima; De Oliveira Caldas, 2022, p. 139). A evangelização forçada e a imposição do catolicismo foram acompanhadas de uma perseguição sistemática às práticas religiosas de origem africana, frequentemente associadas à magia negra e à subversão da ordem social colonial (Bonifácio, 2017, p. 140).

Apesar das constantes repressões, essas religiões não sucumbiram. Seus adeptos, conscientes da necessidade de preservar suas tradições e crenças, buscaram estratégias para manter suas práticas de forma discreta e dissimulada (Gomes; Oliveira, 2022, p. 30). Um exemplo notável foi a transformação dos rituais e orixás em santos católicos, que ficou conhecido como sincretismo religioso (De Moraes, 2021, p. 7). As cerimônias de Candomblé e outras manifestações religiosas eram realizadas em segredo, em locais afastados, onde os adeptos podiam se reunir sem o risco de serem perseguidos ou punidos (Camurça; Rodrigues, 2022, p. 20).

O século XX foi marcado por uma intensificação da luta das religiões afro-brasileiras pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento legal (Barros, 2013, p. 810). No entanto, apesar dos avanços, a intolerância religiosa continua sendo uma realidade no Brasil (De Melo Arruda, 2023, p. 407). As décadas anteriores a este século foram caracterizadas pela discriminação contra as religiões de matriz africana, com ataques aos terreiros, destruição de imagens e agressões aos praticantes (Da Cunha Lima, 2016, p. 675).

*A partir da segunda metade do século XX, os movimentos sociais e organizações civis começaram a se mobilizar para combater a intolerância religiosa e garantir o direito à liberdade de culto (Lima; De Oliveira Caldas, 2022, p. 142). Um dos marcos dessa luta foi a criação de entidades como o Movimento Negro Unificado e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), que passaram a defender o reconhecimento da religiosidade afro-brasileira como parte integrante da cultura nacional (De Sousa et al., 2024, p. 10).*

*A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo nesse processo, pois garantiu, no Art. 5º, o direito à liberdade religiosa e à proteção de cultos e templos (De Melo Arruda, 2023, p. 409). A partir desse marco, a luta pelos direitos das religiões afro-brasileiras se intensificou, com a criação de campanhas de conscientização, como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, realizado em 21 de janeiro (Bonifácio, 2017, p. 144).*

*A luta pela proteção dos terreiros de Candomblé e Umbanda como patrimônio cultural imaterial tem sido uma das principais bandeiras de organizações civis e movimentos sociais (Gomes; Oliveira, 2022, p. 35). A defesa da preservação desses espaços sagrados e da valorização das práticas religiosas afro-brasileiras como patrimônio cultural foi consolidada, em parte, pela criação de leis estaduais e municipais que reconhecem esses espaços como parte integrante da memória cultural brasileira (Barros, 2013, p. 820).*

*O reconhecimento da importância das religiões afro-brasileiras como patrimônio cultural e espiritual deve ser um compromisso contínuo das instituições públicas e da sociedade civil (De Sousa et al., 2024, p. 12). A luta por uma sociedade mais justa, livre de preconceitos e intolerâncias, passa necessariamente pela promoção do respeito à diversidade religiosa e pela defesa dos direitos dos adeptos dessas religiões (Camurça; Rodrigues, 2022, p. 25).*

*As religiões afro-brasileiras foram, ao longo da história, um símbolo de resistência e luta por direitos em face da perseguição e intolerância religiosa. Desde o período colonial, observa-se a tentativa de criminalização dessas práticas, um reflexo do eurocentrismo e do racismo estrutural no Brasil (Da Cunha Lima, 2016, p. 654). Essas*

*manifestações religiosas foram alvo de repressão, sendo associadas a práticas demoníacas e proibidas por códigos penais do século XIX (Barros, 2013, p. 810).*

*Na contemporaneidade, os cultos afro-brasileiros continuam a enfrentar desafios, como a demonização promovida por setores neopentecostais (Lima; De Oliveira Caldas, 2024, p. 5), a violência contra lideranças religiosas e a destruição de terreiros (De Melo Arruda, 2023, p. 405). Entretanto, a resiliência dessas comunidades permitiu a criação de redes de proteção e reconhecimento institucional, como o tombamento de alguns terreiros como patrimônio cultural (Oliveira, 2025, p. 15).*

*O reconhecimento das religiões afro-brasileiras como parte fundamental da identidade cultural do país tem sido promovido por meio de políticas de educação antirracista e legislações que garantem a liberdade de culto (Rabelo; Da Costa, 2021, p. 38). A Lei 11.645/08, por exemplo, introduziu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, possibilitando a desconstrução de estereótipos e preconceitos (De Sousa et al., 2024, p. 7).*

*Os desafios persistem, e a judicialização de casos de intolerância religiosa tem revelado a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas (Portela et al., 2021, p. 22). A ineficiência do Estado na garantia da liberdade religiosa para as comunidades afro-brasileiras evidencia um paradoxo entre o discurso de laicidade e a prática institucional (Neto; De Almeida; Dos Santos, 2024, p. 99).*

*Assim, a educação para a diversidade religiosa e a promoção do respeito à pluralidade de crenças são passos essenciais para garantir que essas religiões possam praticar seus cultos sem medo de perseguição ou discriminação (Camurça; Rodrigues, 2022). A luta por justiça e igualdade religiosa continua, e a resistência dessas religiões é um exemplo de força e perseverança diante das adversidades (Gomes; Oliveira, 2022, p. 34).*

*Para concluir, é imprescindível reconhecer que a resistência das religiões afro-brasileiras não se limita ao campo espiritual, mas também se manifesta como uma ação política e social em defesa dos direitos humanos, da diversidade cultural e da liberdade religiosa. Ao enfrentarem séculos de discriminação, repressão e exclusão, essas tradições construíram redes de solidariedade e memória que sustentam suas práticas e reafirmam a dignidade de seus adeptos. A valorização de seus saberes, rituais e espaços*

*sagrados deve ser assumida como um compromisso coletivo, essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.*

*Nesse sentido, o combate à intolerância religiosa exige mais do que legislação: requer ações educativas, políticas públicas eficazes, investimentos em cultura e um esforço contínuo de desconstrução do racismo estrutural que ainda permeia as instituições brasileiras. As religiões de matriz africana representam uma herança viva da história do Brasil e constituem um legado de resistência e ancestralidade que precisa ser protegido, respeitado e celebrado. Que a luta por direitos e pela liberdade de culto siga fortalecendo a identidade do povo brasileiro e iluminando caminhos para a equidade e o respeito à diversidade.*

## **CONCLUSÃO**

*O longo processo de resistência e luta das religiões afro-brasileiras no Brasil é marcado pela constante defesa contra diversas formas de perseguição religiosa, que se estendem desde o período colonial até os dias atuais. A intolerância religiosa contra essas práticas, derivadas das tradições africanas, nunca cessou totalmente, mas, ao longo do tempo, emergiram formas de resistência que não apenas preservaram essas religiões, como também desenvolveram para sua afirmação no cenário sociocultural brasileiro. A trajetória de resistência das religiões afro-brasileiras reflete a capacidade de adaptação e reinvenção dessas tradições diante de um contexto adverso, onde o racismo religioso e a marginalização dessas práticas foram intensamente promovidos pelos setores da sociedade e do Estado.*

*No período colonial, essas religiões foram sistematicamente perseguidas e criminalizadas. A imposição do catolicismo como religião oficial e a escravização de africanos e seus descendentes se desenvolveu para a marginalização das crenças afro-brasileiras, que foram forçadas a se adaptar e muitas vezes a se disfarçar. O sincretismo religioso, um resultado resultante da tentativa de camuflar as divindades africanas sob a aparência de santos católicos, foi uma das estratégias encontradas pelos praticantes dessas religiões para resistir à repressão. Esse processo de adaptação não significou, entretanto, uma destruição das práticas originais, mas sim uma forma de resistência criativa que permitiu a preservação das tradições religiosas africanas.*

*Com o passar dos séculos, e especialmente após a abolição da escravatura em 1888, o racismo religioso e a intolerância contra as religiões afro-brasileiras promoveram a se manifestar de diversas formas. As lideranças dessas religiões foram vistas, muitas vezes, como alvos de ataques e perseguições, e os terreiros, espaços sagrados para o culto, tornando-se locais vulneráveis à violência e à destruição. Durante o século XX, no entanto, movimentos sociais e organizações de defesa dos direitos humanos começaram a se fortalecer, promovendo a luta pela liberdade religiosa e pela inclusão dessas religiões no espaço público. A resistência aos movimentos negros, em especial, e às organizações civis em defesa da pluralidade religiosa tornou-se um pilar fundamental dessa luta, buscando não só o direito à prática religiosa, mas também a revalorização das tradições e das identidades culturais afro-brasileiras.*

*Na contemporaneidade, a promulgação da Constituição de 1988 representou um marco jurídico importante na luta pela liberdade religiosa. A Carta Magna garantida, em seu Art. 5º, o direito à liberdade de culto, consagrando o princípio da laicidade do Estado e, portanto, estabelecendo a proteção das religiões de matriz africana como parte do direito fundamental à liberdade religiosa. No entanto, apesar dos avanços legais, os adeptos das religiões de matriz africana ainda enfrentam numerosos desafios no que se refere à efetividade desses direitos. Ataques a terreiros, discriminação no ambiente de trabalho e na sociedade, e a perpetuação de estereótipos negativos sobre essas práticas religiosas continuam a ser uma realidade para muitos praticantes dessas religiões.*

*Um dos maiores desafios enfrentados pelas religiões afro-brasileiras é a resistência à intolerância religiosa, que se manifesta em diversos aspectos da vida social e política. A criação de políticas públicas específicas para o combate à intolerância religiosa, como a implementação de delegações especializadas e a instituição do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, são medidas importantes, mas ainda insuficientes diante da persistência da intolerância. Além disso, as campanhas de conscientização sobre a importância do respeito à diversidade religiosa, embora importantes, precisam ser mais divulgadas e renovadas, especialmente nas escolas e comunidades locais, onde a educação e o diálogo sobre as diferenças religiosas podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e tolerante.*

*A luta pelos direitos das religiões afro-brasileiras deve ser acompanhada de um esforço contínuo para o reconhecimento dessas religiões como patrimônio cultural e*

*espiritual do Brasil. A proteção dos terreiros como espaços sagrados e culturais, além da valorização das práticas religiosas de matriz africana como parte do patrimônio imaterial do país, são avanços essenciais para a preservação dessas tradições e para a garantia de um ambiente mais seguro para os seus praticantes. As políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural e religioso precisam ser fortalecidas, e os terreiros devem ser protegidos como locais de resistência cultural, identidade e memória histórica.*

*O respeito à diversidade religiosa nas escolas e na sociedade em geral ainda é um campo em que há muito a ser feito. As políticas educativas que promovem a inclusão de conteúdos sobre tais religiões nos currículos escolares são fundamentais para desconstruir preconceitos e promover uma maior compreensão das tradições religiosas de matriz africana. Para que a resistência religiosa seja efetiva e plena, é necessário que as próximas gerações compreendam e valorizem as religiões como parte da diversidade cultural e patrimonial do Brasil, não apenas como uma forma de culto, mas como uma expressão cultural rica e fundamental para a identidade do Brasil.*

*A luta das religiões afro-brasileiras pela liberdade religiosa e pelo reconhecimento de seus direitos não é apenas uma luta por reconhecimento jurídico, mas também uma luta por justiça social, igualdade e respeito à diversidade. Nesse processo, a resistência dessas religiões contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde uma pluralidade de crenças seja respeitada e valorizada. O legado de resistência das religiões afro-brasileiras, que começa no período colonial e segue até os dias atuais, é um testemunho da força dessas tradições e da importância de continuar a luta para que os direitos religiosos sejam, de fato, respeitados e garantidos para todos os cidadãos, independentemente de sua religião.*

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

*BARROS, Sullivan Charles. Neopentecostais em ação: a demonização das religiões afro-brasileiras no Brasil contemporâneo. Anais IV Simpósio Nacional (I internacional) de História da UEG, v. 3, n. 1, p. 807-826, 2013.*

*BONIFÁCIO, Welberg Vinicius G. A invisibilidade das religiões afro-brasileiras nas paisagens urbanas. Produção Acadêmica, v. 3, n. 01, p. 134-147, 2017.*

CAMURÇA, Marcelo; RODRIGUES, Ozaias. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras. *Revista OQ: Dossiê Racismo Religioso, Cuidado e Comunidades Negras Tradicionais*, v. 5, p. 6-30, 2022.

DA CUNHA LIMA, Fernando Perez. A perseguição às religiões afro-brasileiras à luz da teoria das lutas de classes: uma análise jurídico-literária. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 111, p. 653-691, 2016.

DE MELO ARRUDA, Rebeca Maria. Desafios e resiliências nos terreiros afro-brasileiros: intolerância e lutas por reconhecimento. *Colóquio de História Da UNICAP*, v. 17, p. 403-412, 2023.

DE MORAIS, Mariana Ramos. Intolerância, racismo e genocídio religioso do povo negro: pensando sobre as categorias afro-religiosas da “política dos terreiros”. *Debates do NER*, 2021.

DE SOUSA, Ana Clara Rodrigues Reis et al. Colonialismo e racismo religioso: as bases históricas da discriminação contra religiões afro-brasileiras sob a perspectiva pós-colonial e decolonial. *Revista Tópicos*, v. 2, n. 15, p. 1-14, 2024.

GOMES, Edlaine de Campos; OLIVEIRA, Luís Cláudio de. Memórias documentadas do grupo “Tradição dos Orixás”: reações, resistência e ressonâncias afro-brasileiras dos anos 1980. *Religião & Sociedade*, v. 41, p. 25-50, 2022.

LIMA, Lorrán; DE OLIVEIRA CALDAS, Italorran. Intolerância contra as religiões afro-brasileiras: o paradoxo da liberdade religiosa e a (in) eficiência da prestação jurisdicional. *Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 11, n. 20, p. 1–23-1–23, 2024.

NETO, Emanuel José Schneider; DE ALMEIDA, Flávio Aparecido; DOS SANTOS, Feiruque de Jesus. Decolonialidade e religiões afro-brasileiras: resistência, epistemologias e práticas emancipatórias. In: *Decolonialidade: Aspectos Contemporâneos Fundamentais*. Editora Científica Digital, 2024. p. 96-111.

OLIVEIRA, Érika Cristina de. *FÉ E RESISTÊNCIA: o enfrentamento das religiões afro-brasileiras ao racismo religioso no Brasil*. 2025.

OLIVEIRA, Josefa Laize Soares et al. *Resistência cultural das religiões afro-brasileiras: o papel do afroturismo na promoção da educação antirracista. Ateliê do Turismo*, v. 8, n. 1, p. 48-66, 2024.

PORTELA, Eunice Nóbrega et al. *O Preconceito e a intolerância enfrentados pelas religiões afro-brasileiras umbanda e candomblé: uma abordagem transversal e multidisciplinar. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*, v. 12, n. 43, p. 15-30, 2021.

RABELO, Luyza Karla Dantas; DA COSTA, José Hermógenes Moura. *Ensino de sociologia e educação antirracista: desafios e possibilidades para o trato da cultura e religiosidade afro-brasileira no contexto da LEI 11.645/08.*

RIBEIRO, Antonio Carlos. *Cristofobia em confronto com as denúncias de intolerância às religiões afro-brasileiras no Brasil: 2011-2018. Último Andar*, v. 24, n. 37, 2021.

RODRIGUES, Camila Tavares; MASSON, Máximo Augusto Campos. *Aspectos Históricos da Intolerância Religiosa no Brasil. Revista Jesus Histórico e sua Recepção*, v. 13, n. 24, p. 244-254, 2020.

SILVA, Rachel Cabral da. *Conflitos religiosos e espaço urbano contemporâneo: cruzamentos dos fenômenos de dispersão espacial dos sistemas de significações religiosas de neopentecostais e religiões afro-brasileiras no Rio de Janeiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.*